

Jornal da Apesp

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

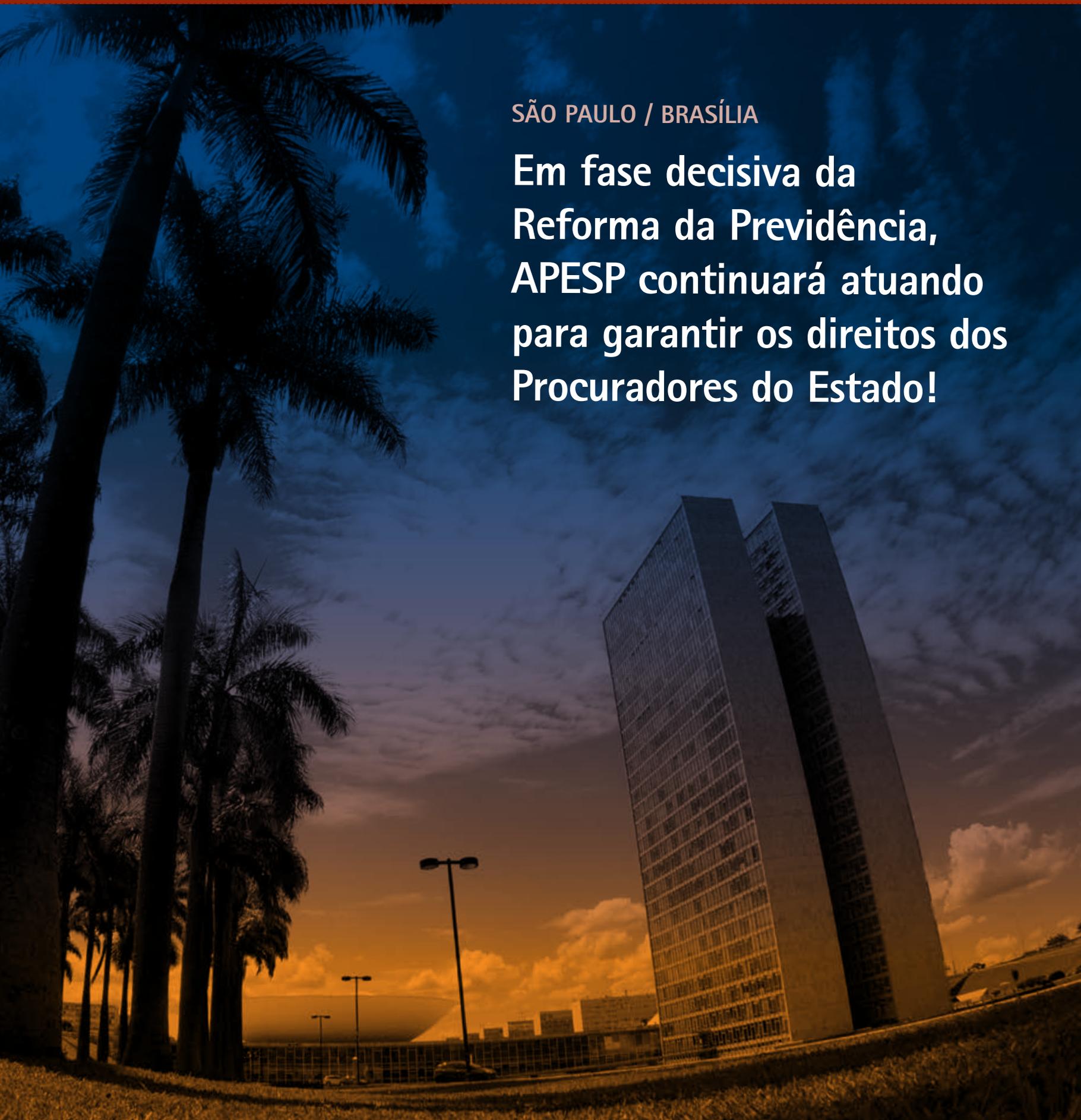
MAR/MAI 2019

APESP
70

EDIÇÃO 92

SÃO PAULO / BRASÍLIA

**Em fase decisiva da
Reforma da Previdência,
APESP continuará atuando
para garantir os direitos dos
Procuradores do Estado!**



Nossas lutas!

Passados quatro meses desse ano, temos percebido que a Procuradora Geral do Estado tem atuado em favor de uma melhora para a carreira. Nesse sentido, deu rápido andamento a nosso principal pleito, a nomeação imediata de cem novos colegas, que foram aprovados no 22º Concurso de Ingresso na PGE-SP, mesmo em um contexto de contingenciamento orçamentário. Assim, com essa questão encaminhada, é necessário enfrentar os demais desafios, os quais, dentre outros, consistem em: a) revalorização das quotas da VH; b) reajuste no valor do vale-refeição; c) envio à ALESP do projeto de auxílio-saúde, conforme deliberado pelo Conselho da PGE-SP; d) aprovação do PLC 31/2017; e) melhora nas instalações das unidades da PGE; f) alteração na Resolução que disciplina o Pró-hardware e Pró-software de modo a criar outros benefícios; g) envio do projeto da carreira de apoio para a ALESP; h) esforços para promoção de afastamentos de servidores de outras Secretarias para a PGE-SP; i) esforços para obtenção de apoio de pessoal das autarquias, conforme estabelecido nas resoluções que regem a assunção das funções de representação judicial e consultoria jurídica dos entes da administração indireta pela PGE-SP; j) exame da possibilidade de Convênio com o Poupatempo para realização de atendimento ao público, em matéria fiscal; k) nomeação dos demais Procuradores do Estado aprovados no 22º Concurso de Ingresso, na medida em que ainda restam muitos cargos vagos; l) manifestação pela possibilidade de migração dos colegas que hoje estão submetidos ao Regime Próprio de Previdência para o Regime de Previdência Complementar, nos termos em que pleiteada pela APESP e outras entidades de carreiras típicas de Estado.

Esses pleitos foram levados recentemente à Dra. Lia Porto, que está bem ciente da importância deles para uma efetiva melhora em nosso trabalho. A APESP confia que possam ter pleno andamento nos próximos meses. A APESP anseia, também, que seja superado o absurdo nível de litigiosidade nas causas afetas à nossa Procuradoria, esperando que a Procuradora Geral possa criar, junto com sua equipe e com o Conselho da PGE, formas mais racionais de trabalho dos Procuradores.

No front externo, a APESP, juntamente com a ANAPE e diversas outras entidades, está firmemente empenhada em modificar a injusta Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência (PEC 6, de 2019). Nesse sentido, atuamos durante sua tramitação na CCJ da Câmara dos Deputados para indicar diversas inconstitucionalidades constantes do texto original. Infelizmente, a maioria dos membros daquela Comissão optou por aprovar apenas a admissibilidade da PEC, sem se deter às questões constitucionais. Agora, a atuação se volta para a Comissão Especial e para a apresentação de emendas. Estamos tentando convencer os Deputados a, dentre outros pontos, suprimir a possibilidade de desconstitucionalização das regras previdenciárias, hoje presentes na CF; suprimir o sistema de capitalização proposto, o qual não tem a contrapartida do empregador, o que projeta proventos consideravelmente menores no futuro; suprimir a possibilidade de se ter alíquotas progressivas e alíquotas extraordinárias para a contribuição previdenciária; melhorar as regras do abono de permanência, das pensões e da aposentadoria por invalidez. Estamos buscando incluir na própria Constituição uma regra que permita aos servidores submetidos ao Regime Próprio de Previdência migrar para o Regime de Previdência Complementar, levando o valor das contribuições já vertidas, tal como ocorreu no âmbito da União. Por fim, estamos demonstrando aos deputados a total ausência de regras de transição para os atuais servidores, na medida em que cria, para todos, uma nova regra de permanência, a qual consiste em uma pontuação progressiva, que soma idade e tempo de contribuição. Além disso, altera a forma de cálculo do benefício, de modo a fazer com que sejam reduzidos por cada ano que eventualmente possa ser antecipado. Nesse sentido, tal como fizemos quando da tramitação da EC 41 e de PEC 287, estamos trabalhando junto a diversos Deputados por uma regra de transição, consistente em um pedágio que seja calculado sobre o tempo de contribuição faltante, sem qualquer alteração nas regras de cálculo dos proventos e nas de seu reajuste. Essa a verdadeira transição, na medida em que, mesmo aumentando o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria, preserva para cada grupo de servidores as regras existentes quando de seu ingresso. Dessa forma, estamos atuando para: a) manter a regra da paridade e integralidade para os servidores anteriores a 31/12/2003; b) manter a atual regra de cálculo dos proventos dos servidores posteriores a 31/12/2003, hoje prevista na Lei Federal nº 10.887/2004; c) manter a regra prevista na EC 47 para os servidores anteriores a 16/12/1998.

Não é uma luta fácil, na medida em que há um ambiente não apenas favorável à Reforma, como também hostil aos servidores. Não se vislumbra neste momento, ao contrário do que ocorreu nas outras Reformas da Previdência, a ideia base de que todo o sistema previdenciário encontra seu móvel no princípio da segurança jurídica, de modo a conferir relativa previsibilidade às situações em que seus participantes se encontrarão no futuro. Esse ambiente, todavia, não nos intimida. Assim, faremos nosso melhor para que essa Reforma, se aprovada, contenha as regras pelas quais estamos lutando. Disposição e luta não nos faltarão.

Marcos Nusdeo

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS
PROCURADORES
DO ESTADO DE
SÃO PAULO

APESP

DIRETORIA GESTÃO 2018 | 2019

PRESIDENTE

Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

VICE-PRESIDENTE

Marcos Mordini

SECRETÁRIA-GERAL

Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Cintia Oréfice

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Marina Mariani de Macedo

DIRETOR DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Silvio Romero Pinto Rodrigues Jr.

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Thais Carvalho de Souza

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL

Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Felipe Gonçalves Fernandes

CONSELHO ACESSOR

Carlos José Teixeira de Toledo

Mara Christina Faiwichow Estefam

Marcelo José Magalhães Bonizzi

Maria Regina Fava Focaccia

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Patrícia Ulson Pizarro

CONSELHO FISCAL

Olga Luzia Codorniz de Azeredo

Paulo David Cordoli

Paulo Sérgio Garcez G. Novaes

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

José Luiz Souza de Moraes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo APESP / Agência Câmara

TIRAGEM

1700 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSE A VERSÃO ON-LINE

DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 15/05/2019

Nomeados 100 novos Procuradores do Estado de São Paulo!

O Governador do Estado de São Paulo, João Doria, nomeou, no último dia 10 de maio, os 100 primeiros novos Procuradores aprovados no 22º Concurso de ingresso da PGE-SP. Foi com imensa satisfação que recebemos essa notícia, que representou uma alegria tanto para a PGE-SP – que necessitava muito dessa nova força – quanto para os colegas nomeados. Valeu todo o esforço e abnegação dos candidatos. Desde a abertura do 22º Concurso de Ingresso na PGE-SP, em 23 de março de 2018, foram 13 meses de muita luta e dedicação para fazer parte da maior Instituição de Advocacia Pública do Brasil – reconhecida como um dos órgãos mais respeitados do Estado de São Paulo. Parabéns pela grande conquista, que certamente envolveu um árduo esforço pessoal e familiar”, destacou Marcos Nusdeo, Presidente da APESP.

Nusdeo frisou ainda o empenho e a dedicação da Procuradora Geral do Estado, Lia Porto, para que a nomeação ocorresse. “Desde o início da atual gestão, a Dra. Lia tratou a nomeação como a principal prioridade da Instituição. Mesmo em um contexto de contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo, a Procuradora Geral conseguiu nomear os novos colegas no início de maio para que o efetivo exercício aconteça ainda no mês de junho. Tenho certeza de que Dra. Lia Porto não olvidará esforços para nomear os remanescentes dada a necessidade da carreira e o número de cargos vagos”.



A APESP ATUOU FIRMEMENTE PELA NOMEAÇÃO!

Ao longo dos anos 2016 e 2017, a APESP trabalhou com afinco na campanha “Concurso Já”, com o propósito de levar às principais autoridades do Estado de São Paulo a necessidade de deflagração do concurso de ingresso. O resultado foi a autorização do certame, pelo então Governador Geral Alckmin, no dia 8 de novembro de 2017 (leia em <http://bit.ly/concursoautorizado> a reportagem “Urgente: Governador autoriza concurso de ingresso – uma vitória para a campanha ‘Concurso Já’ da APESP!”). Após a deflagração, a APESP atuou junto ao Gabinete e ao Conselho da PGE-SP para que os trâmites do concurso fossem agilizados, acompanhando atentamente todas as suas etapas (prova escrita, prova discursiva, apresentação de títulos e homologação).

CAMPANHA “O INTERESSE PÚBLICO NÃO PODE ESPERAR: NOMEAÇÃO PGE-SP JÁ” TEM GRANDE REPERCUSSÃO!

Em 2019, a APESP lançou a campanha “O INTERESSE PÚBLICO NÃO PODE ESPERAR: NOMEAÇÃO PGE-SP JÁ!”, que obteve grande repercussão na mídia e nas redes sociais da Associação. (leia em <http://bit.ly/campanhanomeacao> a reportagem sobre a campanha publicada no site www.apesp.org.br).

Em fase decisiva da Reforma da Previdência, APESP continuará atuando para garantir os direitos dos Procuradores do Estado!

A PEC 6/2019 – Reforma da Previdência, apresentada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, à Câmara dos Deputados no último dia 20 de fevereiro, trouxe dispositivos que alteram para pior as justas expectativas de direito de um enorme número de brasileiros, seja nas condições para se aposentar, seja no valor dos benefícios. O texto propõe a adoção de um sistema de capitalização, o qual deverá ser muitíssimo bem refletido pelos congressistas, pois além de aumentar o déficit no curto prazo, poderá acarretar benefícios consideravelmente menores no futuro.

Além disso, a proposta, dentre outras coisas: 1) contém alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária que poderão chegar a 22%, na última faixa, sem contar a possibilidade de instituição de contribuições extraordinárias; 2) não contém adequadas regras de transição para os servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, os quais para manter a integralidade e a paridade deverão trabalhar, no mínimo, até 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher; 3) estabelece, salvo para aqueles servidores, uma fórmula de cálculo que reduzirá muito o valor dos proventos; 4) reduz consideravelmente o valor das pensões; 5) cria inúmeros obstáculos nas situações de acumulação.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL, NOTA TÉCNICA APESP/ANAPE E TRAMITAÇÃO NA CCJ

Antes mesmo da apresentação da proposta de Reforma da Previdência pelo Governo, a APESP e ANAPE, ainda durante o mês de janeiro, já estavam atuando em uma mobilização nacional, envolvendo diversas entidades representativas de servidores públicos, tais como o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS) e a Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (ANFIP).



22 de fevereiro - Reunião aberta para tratar da Reforma da Previdência.



20 de março - lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

Desde o dia 4 de fevereiro, início do ano legislativo, o Congresso já teve 15 semanas de trabalho, sendo que a APESP esteve presente em Brasília em 11 delas (excetuando-se as semanas anterior e posterior ao Carnaval; a semana Santa; e a semana do feriado de 1º de maio). Ademais, manteve atividades relativas à Reforma em reuniões no âmbito do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (FOCAE-SP) e em audiências públicas na OAB-SP e ALESP (confira a linha do tempo nas páginas seguintes).

Durante a tramitação na CCJ, a APESP e a ANAPE, juntamente com representantes de diversas entidades representativas de servidores públicos, mantiveram um intenso corpo a corpo com os parlamentares para que fosse analisada a constitucionalidade de cada dispositivo da PEC. Para auxiliar esse trabalho, a APESP e a

ANAPE apresentaram substancial nota técnica indicando diversas inconstitucionalidades contidas na PEC. Tal nota foi entregue a vários partidos e parlamentares. A maioria da CCJ, todavia, optou por não tratar com profundidade as questões constitucionais, preferindo deixar tal análise para ser feita junto com o mérito. “Apesar de a CCJ não ter feito a análise constitucional de cada dispositivo, ficamos muito felizes em ver que vários Deputados procuraram fazer isso no âmbito da Comissão. Esperamos que todo esse trabalho inicial de convencimento seja muito profícuo e renda frutos nas discussões de mérito da proposta”, destacou Nusdeo.

Ressalte-se que a nota técnica da APESP e ANAPE foi enviada também à liderança do PSB da Câmara dos Deputados, tendo obtido grande adesão de parlamentares do partido. Neste sentido,



21 de março - Solenidade em homenagem ao Dia Nacional da Advocacia Pública.

os Deputados do PSB Luiz Flávio Gomes (SP), Danilo Cabral (PE), João H. Campos (PE), Júlio Delgado (MG), Aiel Machado (PR), Cássio Andrade (PA), Gervásio Maia (PB) e Tadeu Alencar (PE) apresentaram voto em separado apontando várias inconstitucionalidades na PEC, no qual utilizaram o referido documento. Em 23 de abril, a CCJ da Câmara dos Deputados aprovou por maioria o Parecer do Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG) pela admissibilidade da proposta. Para chegar a um acordo, o relator retirou quatro pontos do texto inicialmente apresentado, que não alteram o conteúdo no que se refere aos Procuradores do Estado.



13 de fevereiro - Audiência sobre a PEC 6 na Câmara dos Deputados.



02 de abril - Reunião com o Deputado Jeronimo Goergen (PP-RS).



20 de fevereiro - Reunião com o Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE).



03 de abril - Reunião com o Deputado Beto Pereira (PSDB-MS).

COMISSÃO ESPECIAL

De imediato, o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) criou, em 24 de abril, e instalou, em 25 de abril, a Comissão Especial, que na primeira reunião ordinária elegeu os Deputados Marcelo Ramos (PR-AM) para a Presidência e Silvio Costa Filho (PRB-PE) para a Vice-presidência. O Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) foi o escolhido para a relatoria.

A Comissão Especial, que tem 49 titulares e igual número de suplentes, discutirá o mérito e aprovará um texto final, provavelmente um substitutivo, em até 40 sessões (contadas a partir do dia da sua criação). O prazo para coleta de emendas iniciou-se em 30 de abril e, segundo o Presidente da APESP e Diretor de Previdência da ANAPE, será a oportunidade para que o texto seja melhorado. “Em 23 de abril, tivemos uma reunião grande com diversas entidades (integrantes da FRENTAS, FONACATE E ANFIP) e fechamos um conjunto de 10 propostas de emendas sobre assuntos diferentes. No dia seguinte, já iniciamos a coleta de assinaturas; serão necessárias assinaturas de, no mínimo, 171 Deputados para que todas as propostas sejam acolhidas”, frisou.

A atividade de coleta de assinaturas nas emendas continua até o momento. “Até agora, percebemos uma grande dificuldade na coleta dessas assinaturas, mas estamos trabalhando com afinco e, se Deus quiser, vamos conseguir!”, ponderou Nusdeo. As emendas apresentadas tratam dos seguintes assuntos: 1) exclusão da possibilidade de desconstitucionalização das regras da Previdência hoje previstas na Constituição Federal; 2) supressão da regra que prevê a segregação contábil do orçamento da seguridade social; 3) melhora nas regras da aposentadoria por invalidez; 4) melhora nas regras de pensão por morte e acúmulo de benefícios; 5) supressão do regime de capitalização; 6) melhora nas regras do abono permanência; 7) supressão da regra prevista no § 3º, do artigo 42, na redação dada pela PEC; 8) supressão da possibilidade de instituição de alíquotas progressivas e alíquotas extraordinárias no âmbito do RPPS; 9) inclusão de regra de transição para todos os servidores; 10) instituição de possibilidade de migração para o Regime de Previdência Complementar, pelo prazo de seis (6) meses, para os atuais servidores.

Linha do tempo – marcação cerrada: confira o passo a passo da mobilização da APESP na tramitação da PEC 6/2019!

Mês de janeiro

O Presidente Marcos Nusdeo esteve algumas vezes em Brasília em reuniões com diversas entidades de servidores para a preparação da estratégia de acompanhamento da PEC, que já estava sendo gestada.

5 de fevereiro

O Diretor Financeiro da APESP, Fabrizio Pieroni, esteve em Brasília para acompanhar o cenário de expectativa de envio da PEC da Previdência à Câmara dos Deputados. Na oportunidade, juntamente com representantes da ANAPE, visitou os Deputados Fred Costa (PATRI-MG/líder do Partido), Domingos Neto (PSD-CE), Pedro Westphalen (PP-RS), Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e Luiz Carlos Motta (PR-SP).

13 de fevereiro

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, juntamente com representantes da ANAPE, esteve na Câmara dos Deputados para participar das discussões e articulações que estavam antecedendo o envio da proposta final do Governo para a Reforma da Previdência. Os representantes dos Procuradores dos Estados participaram de uma reunião aberta convocada pelos líderes do PSB, Tadeu Alencar (PE), que foi Procurador Geral do Estado do Pernambuco no mesmo período em que Marcos Nusdeo chefiou a PGE-SP; do PDT, André Figueiredo (CE); e do PC do B, Orlando Silva (SP), que teve como objetivo posicionar os referidos partidos sobre vários pontos previstos nas propostas que estavam sendo divulgadas. Durante o evento, a audiência mais importante mantida pelos representantes dos Procuradores do Estado foi com o Deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que foi coordenador econômico do candidato à Presidência da República, Ciro Gomes, e é um profundo conhecedor da questão da Previdência.

19 de fevereiro

Um dia antes da apresentação da PEC 6/2019, o Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, esteve em Brasília para dar continuidade às atividades de mobilização em defesa das prerrogativas e direitos dos Procuradores do Estado de São Paulo na Reforma da Previdência.

20 de fevereiro

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, acompanhou a entrega da proposta da Reforma da Previdência pelo Presidente Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados e já iniciou o trabalho de corpo a corpo com alguns Deputados.

21 de fevereiro

O Diretor Financeiro da APESP, Fabrizio Pieroni, participou, na sede da ANAMATRA, em Brasília, de uma reunião promovida pelo FONACATE e pela FRENTAS, quando foi possível uma primeira análise do texto da PEC 6/2019 - PEC da Reforma da Previdência. Durante a encontro, ficou definido que a primeira etapa da mobilização das entidades seria sensibilizar os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) acerca das inconstitucionalidades da proposta.

22 de fevereiro

Apenas dois dias após a apresentação da PEC 6/2019 pelo Governo, o Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, recebeu cerca de 50 associados – incluindo a presença de alguns membros da Defensoria Pública –, na sede da APESP, para fazer uma explanação sobre a PEC. A Secretária Geral, Mônica Zingaro, e o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, também acompanharam o evento.

22 de fevereiro

A APESP e a ANAPE subscreveram, juntamente com outras carreiras típicas de Estado, nota relativa à PEC

6/2019, com o propósito de apontar os excessos e equívocos contidos na proposta apresentada pelo Governo ao Congresso Nacional e que ainda podem ser corrigidos pelos parlamentares. Acesse em <http://bit.ly/notapec6> o inteiro teor da nota e confira o rol de entidades subscritoras.

7 de março

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, reuniu-se com as Diretorias da Associação Paulista do Ministério Público (APMP) e Associação Paulista dos Magistrados (APAMAGIS) para discutir a PEC 6/2019. O encontro teve como objetivo a formação de um Grupo de Trabalho, que preparou propostas de alterações para ser levadas aos parlamentares, em conjunto com as entidades nacionais (FONACATE, FRENTAS E ANFIP).

12 de março

O Diretor Fabrizio Pieroni manteve, juntamente com Diretores da ANAPE, um intenso corpo a corpo com vários parlamentares na Câmara dos Deputados.

13 de março

O Presidente Marcos Nusdeo e o Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni participaram da reunião pública realizada pela Liderança da Minoria que tem como Líder a Deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). O evento contou com a presença de representantes de entidades de trabalhadores da iniciativa privada e de entidades representativas dos servidores, que lotaram o auditório. Ademais, deram continuidade ao intenso corpo a corpo com os parlamentares.

18 de março

A Secretária Geral da APESP, Mônica Zingaro, e o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, participaram, na sede da APAMAGIS, de uma nova reunião do FOCAE-SP. Em pauta, as estratégias de mobilização na PEC 6/2019.

20 de março

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e acompanhou a sessão da CCJ na Câmara dos Deputados, atuando, dentre outras temas, para que fosse convocada uma audiência pública com juristas a fim de uma profunda discussão das questões constitucionais da PEC 6/2019. Tal audiência acabou ocorrendo no dia 28 de março, com a oitiva de seis (6) juristas.

21 de março

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, acompanhou uma solenidade em homenagem ao Dia Nacional da Advocacia Pública, no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados. A sessão solene foi presidida pelos Deputados Alessandro Molon (PSB-RJ) e Fábio Trad (PSD-MS), contando com a participação de diversos Deputados de vários partidos, muitos dos quais manifestaram seu apoio à advocacia pública da tribuna da Casa e também contra as injustiças da PEC da Previdência.

25 de março

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, o Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni e a Secretária Geral Monica Zingaro participaram de audiência pública promovida pela “Frente Paulista em Defesa da Previdência Social e Contra a PEC 6/2019”, no auditório Paulo Kobayashi da ALESP.

26 de março

A OAB-SP promoveu uma audiência pública sobre a PEC 6/2019. Em sua manifestação, o Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, destacou: "como Procuradores do Estado, estamos fazendo uma análise profunda do texto e das injustiças que ele passa. Acreditamos que, do ponto de vista constitucional, parte do texto viola cláusulas pétreas. Temos a obrigação de produzir textos técnicos para mostrar isto. Além disso, não me parece possível defender que possa haver a desconstitucionalização desse

tema e se dar, pura e simplesmente, um cheque em branco para que no futuro uma outra reforma seja feita por meio de lei complementar”.

27 de março

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, retornou à Câmara dos Deputados para dar continuidade ao corpo a corpo com os Deputados Federais, com o objetivo de sensibilizá-los sobre as injustiças e inconstitucionalidades contidas na PEC 6/2019.

2 e 3 de abril

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, e o Presidente da ANAPE, Telmo Lemos Filho, estiveram presentes na Câmara dos Deputados para debater a PEC 6/2019 com diversos parlamentares. O intenso corpo a corpo teve como objetivo alertar, prioritariamente, para as possíveis inconstitucionalidades contidas no texto apresentado pelo Governo.

10 de abril

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, juntamente com representantes da ANAPE, esteve na Câmara dos Deputados para continuar tratando com os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre as inconstitucionalidades contidas na PEC 6/2019.

12 de abril

O Presidente da APESP e Diretor de Previdência da ANAPE, Marcos Nusdeo, participou de um debate sobre a PEC 6/2019 no evento “Conversa com os Magistrados”, promovido pelas Associações dos Magistrados do Rio de Janeiro (AMAERJ), dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ). O evento teve ainda como debatedores o Deputado Federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e o Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Paulo Penteado Teixeira Junior. Nusdeo destacou, dentre outros apontamentos, as principais inconstitucionalidades da PEC.

22 de abril

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, juntamente com o Vice-presidente, Marcos Mordini, e a Secretária Geral, Mônica Zingaro, participou de reunião do FOCAE-SP, na sede da AFRESP, para tratar da PEC 6/2019.

23 de abril

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, participou de reunião com várias entidades que congregam a FRENTAS, o FONACATE e a ANFIP, quando foi aprovada a redação de 10 propostas de emendas que foram sugeridas aos Deputados.

24 de abril

Em um corpo a corpo com Deputados, o Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, participou do início do trabalho de campo para conseguir as 171 assinaturas necessárias para as 10 emendas elaboradas pelas entidades representativas dos servidores públicos.

7 e 8 de maio

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, juntamente com representantes da ANAPE, retomou o corpo a corpo com os Deputados e acompanhou a sessão da Comissão Especial, na qual foi discutido e aprovado o cronograma de trabalho apresentado pelo relator Samuel Moreira. Ademais, deu continuidade ao trabalho de coleta de assinaturas para a apresentação das emendas.

14 e 15 de maio

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, juntamente com representantes da ANAPE, acompanhou a audiência pública sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados e dos Municípios realizada pela Comissão Especial e continuou o trabalho de coleta de assinaturas para a apresentação das emendas.

* INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO.